

(Re)buscando Pêcheux: algumas reflexões in-certas¹

Beatriz Maria ECKERT-HOFF²

Doutoranda em Lingüística Aplicada/UNICAMP

Este texto se insere no painel 04, intitulado *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*, apresentado no “I SEAD Seminário de Estudos em Análise de Discurso — Michel Pêcheux: uma relação de nunca acabar”.

(Re)buscar Pêcheux implica inevitavelmente (des/re)tecer in-certas reflexões sobre o conflituoso campo em que se inserem as diferentes épocas de (sua) Análise do Discurso. O texto de 1975, traduzido como *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, objeto de nossa discussão, foi publicado em parceria com Catherine Fuchs. Optamos, inicialmente, em proceder a uma análise resenhada desse texto, para então apresentarmos in-certas reflexões que remontam para questões do sujeito do desejo inconsciente.

Numa (re)visita ao texto, vemos que os autores apresentam, inicialmente, o famoso “quadro epistemológico” que define o campo dos estudos discursivos, articulando três regiões do conhecimento científico, a saber:

1. o materialismo histórico, teoria marxista que compreende o desenvolvimento das transformações sociais com base nas formações sócio-econômicas e relações de produção, envolvendo, também, a questão ideológica;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, compreendida como determinante histórica dos processos semânticos.

A articulação dessas regiões possibilita apresentar o discurso em suas relações com o mundo exterior. A inscrição da teoria do discurso numa epistemologia interdisciplinar faz com que sua relação com os campos de conhecimento, acima

¹ Agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela concessão da bolsa de Doutorado (em curso).

citados, seja vista de forma crítica. Podemos entender pelo Marxismo a forma como se processa o encontro do ideológico com o lingüístico; pela Lingüística, podemos descrever os funcionamentos que produzem os efeitos de sentido, se for considerada a língua como um processo; pela enunciação, podemos considerar o sujeito dotado do simbólico e do imaginário, sendo o discurso visto a partir das condições de produção. Essas três teorias são articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica, o que nos leva a postular a impossibilidade de separar a constituição do sujeito da constituição de seu discurso.

Na elaboração das teorias do discurso, os autores retomam a noção de formação discursiva (FD), à luz do quadro epistemológico em que se inscreve a Análise do Discurso, que é assim configurada: a espécie discursiva está ligada ao gênero ideológico e “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’, nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas com as outras”. Assim, as formações discursivas se acham sempre inscritas numa formação ideológica. O discurso, por sua vez, é compreendido como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica, isto é, as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode ou deve ser dito, em relação a uma prática discursiva e em relação às posições que o sujeito assume em seu discurso.

Dentro dessa perspectiva, toda a formação ideológica deve ser analisada sob um enfoque “regional” e de classe. O enfoque regional está ligado a elementos culturais, pois abarcaria, conforme os autores, a moral, Deus, o conhecimento, o Direito. Uma formação ideológica fala sobre as mesmas coisas, porém sob perspectivas contraditórias que têm a ver com o antagonismo das classes sociais. Em conseqüência, a FD passou a ser vista, a partir daí, não mais em termos de uma homogeneidade, mas na sua relação com a exterioridade, já que “uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo, por *aquilo que lhe é aí estritamente não-formulável, já que a determina*” (p. 177). Assim, a FD não é mais

² Doutoranda em Lingüística Aplicada na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), São Paulo – Brasil, sob orientação da Prof^a Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini.

pensada em termos de classificação tipológica, porém em termos de definição da relação que ela mantém com seu *exterior discursivo* (o interdiscurso). O que distingue as FDs umas das outras é o modo como elas se relacionam com a formação ideológica.

Os sentidos não existem em si mesmos, são, sim, determinados pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Daí os autores demonstrarem uma preocupação em definir um conceito de enunciação que a distancie da perspectiva idealista de Benveniste, que mantém, segundo os autores, a noção de criatividade individual e consciente. Em oposição a isso, definem a enunciação, postulando que “os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem como característica colocar o ‘dito’ e em conseqüência rejeitar o ‘não-dito’. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’), e o que é rejeitado”.

Essa definição liga os processos de enunciação à zona de esquecimento número 2 (a zona do “eu sei o que eu digo”, “eu sei do que eu falo), situado no nível pré-consciente/consciente, na medida em que o sujeito “se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente” (p. 177). E é pelo efeito de funcionamento desse esquecimento que o sujeito tem a ilusão de selecionar, rejeitar, colocar fronteiras no que diz, uma vez que imagina ter o domínio do sentido do que diz, ou seja, o seu discurso é a expressão transparente da realidade. Já a zona de esquecimento número 1, embora não ligada diretamente aos processos de enunciação, por ser de natureza inconsciente, e, portanto, inacessível ao sujeito, aparece como constitutivo da subjetividade, ligando-se, indiretamente, aos processos de enunciação por meio do recalque, que “é de natureza *inconsciente*, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma”.

É com base na interpelação ideológica, ligada ao inconsciente freudiano, que é formulada a teoria dos esquecimentos, “ilusão necessária” que constrói a unidade subjetiva. Em suma, o esquecimento número 1 é definido como um processo

inconsciente e ideológico, em que o sujeito tem a ilusão de ser origem de seu discurso, “apagando” ou “recalcando” todo o exterior à sua FD. O esquecimento nº 2 é aquele em que o sujeito seleciona alguns dizeres em detrimento de outros, privilegia algumas formas e seqüências discursivas e apaga outras. O sujeito “esquece” que tudo o que diz, bem como o seu sentido vêm da formação discursiva à qual se filia.

O sujeito não é, pois, centro e origem do sentido, lembram Pêcheux e Fuchs (1975), uma vez que ele situa o seu discurso em relação ao discurso do outro. Assim, o discurso é uma dupla dispersão: por um lado, o entrecruzamento de vários dizeres; por outro, as várias posições que o sujeito pode ocupar.

Se todo discurso é essencialmente ideológico, o sujeito é, também, ideologicamente determinado e a sua relação com a linguagem é considerada em relação com o mundo, em termos sociais e políticos. Dessa forma, o sujeito não consegue perceber que é descentrado, portanto, não totalmente responsável pelos efeitos de sentido de seu dizer; ele não percebe que se inscreve num aparato ideológico que prescreve e normatiza sua conduta.

Uma vez (re)tecidas as teias do texto de Pêcheux e Fuchs, queremos problematizar a noção de sujeito do inconsciente, que permeia nos (não)ditos do texto. Embora os autores não se refiram claramente à questão do inconsciente, suas palavras deixam rastros quando tecem críticas às análises que assumem a noção de sujeito consciente, racional, cartesiano que se acredita controlador da escolha de seus atos e controlador dos efeitos de sentido da linguagem. Outros rastros podem ser capturados em um de seus questionamentos feito no texto em questão: “é possível construir um ‘modelo’ de análise que dê conta da incompletude da língua, da impossibilidade de estancar os sentidos?” Ainda há rastros capturáveis nas formulações que remetem ao atravessamento da psicanálise lacaniana, presente na noção de sujeito cindido, descentrado, quando os autores marcam a oposição entre o esquecimento número 1 e número 2. Para eles, a oposição entre os dois esquecimentos é marcada, por um lado, pela “identificação imaginária, onde o outro é um outro eu”, semelhante. Por outro lado, “o processo de interpelação-

assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo ‘Outro’ com O maiúsculo” (p. 177).

Isso nos remete a entender que Pêcheux e Fuchs admitem a incompletude da língua, a impossibilidade de estancar os sentidos, o atravessamento do outro/Outro no discurso. Assim, admitem uma Análise do Discurso que assume a falta, o equívoco, a contradição como constitutivos do discurso e, logo, do sujeito. Resta-nos dizer que — embora os autores não façam menção a essa concepção de sujeito e nem a explicitem —, entre dúvidas e certezas que ficam, a concepção de sujeito marcado pela impossibilidade de controle de si e dos efeitos de sentido de seu dizer, a concepção de sujeito desejante, sujeito do inconsciente, perpassa os (não)ditos do texto em questão.

Referência Bibliográfica

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani *et al.* Campinas: Unicamp. (ed. consultada: 1997).